

Recebido em jun. 2007  
Aprovado em ago. 2007

**CRITÉRIOS DE REALIDADE**  
**(PROVA DO MUNDO EXTERNO E RESPOSTA AO CETICISMO)**

CLÁUDIO FERREIRA COSTA \*

**RESUMO**

O objetivo desse artigo é fazer uma análise do conceito de realidade externa ou objetiva. Um resultado interessante dessa análise é que ela nos conduz a uma prova da realidade do mundo externo. Outro resultado de interesse é uma resposta ao ceticismo com relação ao mundo externo, o qual passa a ser visto como resultado de uma confusão semântica.

**PALAVRAS-CHAVE**

Filosofia da percepção. Epistemologia. Ceticismo.

**ABSTRACT**

The aim of this paper is to make an analysis of the concept of external or objective reality. An interesting result of this analysis is that it leads us to a proof of the reality of the external world. Another result of interest is an answer to the skeptical challenge against the reality of the external world, which is shown to be the result of an equivocation concerning different senses in our attributions of reality.

**KEY WORDS**

Philosophy of perception. Epistemology. Skepticism.

---

\* Professor de FILOSOFIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN, tendo como áreas de interesse METAFÍSICA, EPISTEMOLOGIA e FILOSOFIA DA LINGUAGEM.



**É** o mundo que nos cerca real? Ou ele é uma simples ilusão de nossas mentes? Nesse caso, haverá um outro mundo por trás dele que seja verdadeiramente real? E se esse outro mundo não for real, haverá ainda outro? Ou será que o nosso mundo nada mais é do que uma ilusória miragem de coisa alguma?

Essas são questões que atormentaram os filósofos durante séculos. Quero responder a elas fazendo uma análise do conceito de realidade ou existência externa ou objetiva com base em uma investigação dos critérios de aplicação desses conceitos. A consciência desses critérios permite-nos aperfeiçoar nosso entendimento dos vários tipos de atribuição de realidade externa, rendendo-nos dois resultados animadoramente sugestivos: uma prova do mundo externo e uma resposta ao argumento cético de ignorância com respeito ao mundo externo.

#### ASSUNÇÕES METODOLÓGICAS

Minha estratégia de análise é baseada em dois princípios semânticos que tomo de empréstimo da filosofia de Wittgenstein. O primeiro é o de que uma diferença no modo de uso de uma expressão (palavra, frase) corresponde a uma diferença no seu sentido ou significado. Esse princípio é derivado da identificação feita por Wittgenstein entre o significado de uma expressão e o seu modo de uso na linguagem <sup>1</sup>. Atenção

<sup>1</sup> L. Wittgenstein: *Philosophische Untersuchungen* (Suhrkamp: Frankfurt 1983, sec. 43). Mais precisamente, ele identifica o significado com *modos de uso* (*Gebrauchsweise*) ou de *aplicação* (*Verwendungsweise*) de expressões episodicamente exemplificadas; ver *Über Gewissheit*, (Suhrkamp: Frankfurt 1983), sec. 61.

à *práxis* de nossa linguagem mostra que uma mesma expressão pode ser usada em uma variedade de jogos de linguagem diversos, variando assim os seus sentidos sem que disso tenhamos consciência. Não é preciso aceitar a tese, atribuída à Wittgenstein, de que a filosofia se reduz a confusões lingüísticas, para admitir que devido à inconsciência de distinções semânticas finas produzidas por modos de uso diversos de uma mesma expressão, somos facilmente levados a extraviarmo-nos em confusões e equívocos filosóficos sutis, como bem pode ser o caso de enigmas não-substantivos como os do ceticismo.

O segundo princípio, também defendido por Wittgenstein, é o de que as regras criteriosais para a aplicação de uma expressão são *constitutivas do seu significado*<sup>2</sup>. Para ele uma expressão sem critérios de

---

<sup>2</sup> Para Wittgenstein, critérios "give our words their common meaning" (*The Blue Book*, Basil Blackwell: Oxford 1958, p. 57). Sua doutrina se encontra dispersa nos manuscritos. Passagens importantes encontram-se no *The Blue Book*, pp. 24-25, em suas *Philosophische Untersuchungen* (Suhrkamp: Frankfurt 1984) sec. 354, em *Zettel* (Suhrkamp: Frankfurt 1984), sec. 438, e ainda em *Wittgenstein's Lectures – Cambridge 1932-35* (Prometheus: New York 1979) p. 28. Pode-se objetar que falar de evidências criteriosais é uma maneira de se falar de verificação e que o verificacionismo é uma doutrina fora de moda. Mas esse é um preconceito trazido do *débâcle* da tentativa anti-metafísica dos positivistas lógicos de desenvolver um princípio de verificação formalmente preciso. Como notou C. J. Misak, a idéia verificacionista de que uma crença sem conexão com a experiência é espúria tem raízes em Berkeley e Hume, ampliando-se para Kant, Comte, Mach, Durheim, Wittgenstein, Einstein e Peirce e sendo hoje reabilitada na obra de filósofos como Bass Van Fraassen, Michael Dummett, Crispin Write, Christopher Peacocke, David Wiggins e Richard Rorthy, entre outros. Ver C. J. Misak: *Verificationism* (Routledge: London 1995).

aplicação é carente de significado, e quando alteramos os critérios para a sua aplicação, nós alteramos o seu significado. O primeiro princípio semântico se liga ao segundo pelo fato de que quando falamos do *modo* de uso devemos estar falando de regras de significação, que norteiam os usos episódicos (espaço-temporalmente localizados) de uma expressão, e as regras criteriais devem estar entre as que possibilitam os usos episódicos corretos da expressão. Por exemplo: um critério de aplicação referencial da expressão “Está chovendo” são gotas D’água caindo do céu; mas isso é também constitutivo do significado, ou seja, do modo de uso referencial dessa expressão, ou ainda, de alguma regra de identificação que a ela associamos. Para Wittgenstein um resultado disso é que fazer explícitos os critérios de aplicação de uma expressão, assim como fazer explícitos os seus modos de uso, torna-se um instrumento de análise de suas mais finas nuances semânticas.

## DOIS SENTIDOS DE NOSSAS ATRIBUIÇÕES DE REALIDADE EXTERNA

Quero aplicar aqui o primeiro princípio semântico para sugerir uma distinção geral, que certamente recorda aquela feita por Carnap entre questões internas e externas de existência<sup>3</sup>. Quero notar que há uma diferença entre uma questão como a da

---

<sup>3</sup> Rudolph Carnap: “Empiricism, Semantics and Ontology”, em seu *Meaning and Necessity: A Study in Semantics and Modal Logic* (University of Chicago Press: Chicago 1958), p. 207. Para Carnap, as questões internas de existência são as que dizem respeito à existência de entidades dentro de um sistema de linguagem (*linguistic framework*), enquanto as questões externas de existência dizem respeito à existência do próprio sistema de linguagem. [CONTINUA]

existência ou realidade da Estátua da Liberdade ou do Papai Noel, que preocupa o homem comum, e a questão da existência ou realidade do mundo externo como um todo, quando ela é colocada pelo filósofo cético, quando este pergunta, por exemplo, se o mundo não passa de um sonho. Os usos são diferentes, por conseguinte os sentidos também deveriam sê-lo. Quero chamar o primeiro tipo de atribuição (ou sentido) de realidade de *inerente* e o segundo de *aderente*. Um traço lingüístico indicativo do sentido inerente é que se o mundo é real então as palavras ‘real’ ou ‘existe’ podem ser substituídas em língua inglesa pela palavra ‘*actual*’; outra característica lingüística é que podemos dizer que alguma coisa inerentemente real *possui* realidade, que ela a *tem*, enquanto de uma coisa que não é inerentemente real dizemos que ela não possui, não tem realidade. Contudo, o mesmo não se aplica ao sentido aderente de realidade. Não parece adequado dizer de um mundo que é aderentemente não-real (como o da alma cartesiana vítima do gênio maligno), que ele não *possui* realidade, que ele não a *tem*. Menos ainda podemos deixar de aplicar-lhe a palavra inglesa ‘*actual*’. O mundo considerado pela hipótese cética não é espectral nem confuso nem perceptualmente enfraquecido, tal como o de um devaneio ou de um sonho. Ele parece ser bastante real.

---

[CONTINUAÇÃO DA NOTA 3] Só as primeiras são para ele verificáveis, enquanto as últimas só fazem sentido quando dizem respeito à aceitação de um sistema de linguagem, o que se dá por razões meramente pragmáticas. Essa última idéia foi criticada com sucesso por Barry Stroud em *The Significance of Philosophical Scepticism* (Oxford University Press: Oxford 1984), cap. 5.

No que se segue irei aplicar uma análise criterial a expressões conceituais como ‘realidade externa’ ou ‘realidade objetiva’ de maneira a melhor justificar e esclarecer a vaga distinção recém sugerida entre sentidos inerentes e aderentes de nossas atribuições de realidade externa.

### **CRITÉRIOS *STANDARD* DE REALIDADE**

Consideremos primeiro, buscando por critérios, as atribuições de realidade ou existência externa ou objetiva no sentido supostamente inerente. O uso originário dessas atribuições parece se dar quando nos perguntamos se coisas pertencentes ao mundo que nos circunda realmente existem, posto ser com elas que somos inicialmente familiarizados. De acordo com o nosso segundo princípio semântico, podemos supor que o sentido inerente das expressões conceituais usadas para a atribuição de realidade externa ao nosso redor seja essencialmente constituído por regras criteriais para essa atribuição. Tais regras poderiam nos dizer que somente a satisfação de certos critérios de realidade externa nos permitiria aplicar predicados como ‘...é externamente real’ ou ‘...existe objetivamente’ ou ‘...é atual’ ou ‘...é concreto’. Podemos encontrar tais critérios?

Minha convicção é a de que esses critérios de fato existem. Podemos até rastreá-los em muitos pensadores influentes e verificar o quanto eles convergem, malgrado diferenças doutrinárias. Assim, de acordo com o representacionista Locke, nossas opiniões sobre objetos materiais se justificam pelas propriedades ligadas a idéias de sensações. Tais propriedades seriam

principalmente o seu caráter involuntário, além da ordenada e coerente relação entre elas (refletindo o fato de serem governadas por regras) e da consciência delas por outras pessoas<sup>4</sup>. De acordo com o imaterialista Berkeley, idéias firmadas pela imaginação são fracas, indistintas e inteiramente dependentes da vontade, enquanto idéias percebidas pelos sentidos são vívidas, claras e independentes da vontade<sup>5</sup>. Também para Hume as percepções das coisas reais entram com mais força e violência na alma, diversamente das fracas imagens do pensamento e do raciocínio<sup>6</sup>. Para Kant a conformidade com a lei (*Gesetzmäßigkeit*) de todos os objetos da experiência é o que define o aspecto formal da natureza<sup>7</sup>. Para J. S. Mill o mundo externo (material) é constituído de contínuas ou garantidas possibilidades de sensação, seguindo-se uma à outra de acordo com leis; embora as sensações sejam subjetivas, as contínuas possibilidades de sensação são para ele objetivas<sup>8</sup>. De acordo com Gottlob Frege, o principal critério de objetividade é o acesso intersubjetivo, seguido da independência da vontade, enquanto o principal critério de realidade é a experiência espaço-temporal. Juntando-se os critérios chegamos então ao reino da *realidade objetiva*, que é para

---

<sup>4</sup> John Locke: *Essay Concerning Human Understanding* (ed.) P. H. Nidditch (Oxford University Press: Oxford 1975), livro IV, cap. 11.

<sup>5</sup> George Berkeley: *Three Dialogues Between Hylas and Philonous*, *Complete Works* eds. A. A. Luce & T. E. Jessop, Thomas Nelson and Sons: London 1948-57, III, p. 235).

<sup>6</sup> David Hume: *A Treatise of Human Nature*, Book I, section 1.

<sup>7</sup> Emmanuel Kant: *Prolegomena* § 16.

<sup>8</sup> J. S. Mill: *An Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, (Longmans, Green & Co.: London 1889), cap. XI.



ele constituído por aquelas coisas que são intersubjetivamente acessíveis à experiência espaço-temporal<sup>9</sup>. C. S. Peirce, por sua vez, reconhece o real como o que é intersubjetivamente identificado como tal pela comunidade lingüística “in the long run”<sup>10</sup>. Em um artigo, G. E. Moore sumariza as propriedades da realidade externa dizendo que o real é aquilo que é independente da mente, que é verificável por outros, que está sempre conectado com certas outras coisas, tendo desse modo certas causas, efeitos e acompanhamentos, e que tem o mais elevado grau de realidade<sup>11</sup>. Finalmente, um psicólogo como Sigmund Freud sugere que um recém-nascido é movido pelo princípio do prazer, buscando sempre a imediata satisfação de seus instintos e incapaz de distinguir o mundo externo do interno. Só gradualmente a criança aprende que o mundo externo, diversamente do mundo de sua imaginação, não se conforma à sua vontade, o que a força a aprender como postergar a satisfação pulsional e desse modo substituir o princípio do prazer por um novo, o princípio da realidade<sup>12</sup>. De fato, desde nossa infância aprendemos

<sup>9</sup> Gottlob Frege: “Der Gedanke: eine Logische Untersuchung”, originalmente publicado em *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus*, 2, 1918-19, pp. 58-77.

<sup>10</sup> Ver K. O. Apel: introdução a C. S. Peirce, *Schriften I* (Suhrkamp: Frankfurt 1967).

<sup>11</sup> G. E. Moore: “The Meaning of Real”, em seu *Some Main Problems of Philosophy* (George Allen & Unwin: London 1953).

<sup>12</sup> Sigmund Freud: “Formulations on the two Principles of Mental Functioning”, in *The Standard Edition*, ed. James Strachey (Hogarth Press: London 1958), vol. 12.

a distinguir a realidade externa da aparência por meio de critérios tais como o da maior intensidade da sensação, independência da vontade, acesso interpessoal e obediência a regularidades.

Não faltou quem se queixasse da fraqueza desses critérios. Laurence Bonjour, por exemplo, criticando o representacionalismo de Locke, demonstrou sem qualquer dificuldade que nenhum dos critérios propostos por esse filósofo é suficiente<sup>13</sup>. Com efeito, se tomados individualmente eles podem falhar. Contudo, poderíamos continuar considerando os critérios insuficientes se eles fossem tomados em conjunto? Minha proposta aqui é reunir os critérios relevantes, defendendo então a idéia de que quando tomados em conjunto eles se fazem suficientemente fortes para tornarem a atribuição de realidade externa, no sentido inerente, irrefutável. Assim, usando a palavra ‘coisa’ em seu sentido mais amplo, de modo a incluir objetos, propriedades, condições, estados de coisas, eventos, processos etc. podemos, de forma não muito sistemática, estabelecer os seguintes critérios *standard* a serem direta ou indiretamente satisfeitos pelas coisas externas ao nosso redor:

1. nossa experiência sensível delas tem a *maior intensidade*,
2. elas permanecem *independentes da vontade*,
3. elas são *interpessoalmente checáveis* por todos os outros, geralmente dentro de uma *co-sensorialidade* própria para cada caso.

---

<sup>13</sup> Ver L. Bonjour: *Epistemology: Classic Problems and Contemporary Responses* (Rowman & Littlefield: Lanham 2002), pp. 130-135.

4. elas são sujeitas a *regularidades* (coisas externas seguem regularidades impostas por leis naturais, normas sociais, etc.).

Quero sustentar que se alguma coisa efetivamente satisfaz todos esses critérios, é simplesmente inevitável que ela seja considerada externamente real no sentido inerente da palavra, e que se alguma coisa de fato não chega a satisfazer todos esses critérios, então a sua realidade externa principia a se tornar questionável.

Para tornar a importância do uso conjunto desses critérios mais evidente, suponha que eu segure meu relógio de pulso na mão e diga “Esse relógio de pulso que estou segurando é real” ou, simplesmente, “Estou segurando um relógio” (a atribuição de realidade, quando não é explícita, vem implícita em qualquer enunciado factual). Tanto quanto é assegurado que os critérios de (1) a (4) estão sendo satisfeitos, eu me permito pensar que essa peça metálica não é uma ficção de minha imaginação, mas algo externamente real ou objetivamente existente no sentido inerente. Com efeito, para ser verdadeira, a afirmação “Esse relógio é real” satisfaz o critério (1) há aqui uma máxima intensidade de sensações, diversamente do que acontece no sonho. Ela satisfaz o critério (2): é independente de minha própria vontade (não posso fazê-lo desaparecer ou se transformar em uma caneta, como posso fazer com a minha imagem mental dele). Ela satisfaz o critério (3): a experiência do relógio pode ser objeto de checagem interpessoal, ou seja, a experiência de objetos em circunstâncias similares no passado nos assegura que

ela pode ser reconhecida como similar por qualquer outro sujeito conhecedor, podendo sê-lo co-sensorialmente pela visão, pelo tato e pela audição, no caso do relógio, apenas pela visão, no caso do arco-íris, e apenas pela audição, no caso do canto do pássaro-martelo (nunca vi um, mas já fui perturbado por vários). É convencionalmente pré-estabelecido já para cada tipo de coisa a extensão e o caráter de sua co-sensorialidade, caso ela se dê. (Alucinações, ao contrário, geralmente resistem à co-sensorialidade, restringindo-se a um único sentido. Além disso usualmente não podemos compartilhar uma alucinação: alucinações coletivas são possíveis, mas elas não se generalizam para toda e qualquer pessoa...). Finalmente, o relógio real satisfaz o critério (4): ele deve ser capaz de demonstrar regularidades próprias: é sólido, é permanente, move os ponteiros da maneira esperada, é normalmente confiável, cai quando solto no ar... enquanto o relógio imaginário pode ter os ponteiros se movimentando de todas as maneiras, flutuar no ar, se transformar em uma serpente etc.

É dessa maneira que somos bem sucedidos em fazer aquilo que para Carnap era condição da existência interna de uma coisa no mundo externo, qual seja: a incorporação dessa coisa em um sistema espaço-temporal de coisas de acordo com as regras da linguagem das coisas, que descobrimos serem as próprias regras criteriais.

Também é importante explicar o que quero dizer com a satisfação direta ou indireta dos critérios de realidade. Geralmente, quando atribuímos realidade a coisas no mundo ao nosso redor, é porque estamos

assumindo que elas satisfazem os critérios de realidade *diretamente* para os nossos sentidos (como no caso típico das coisas opacas, secas e de tamanho médio). Mas elas também podem satisfazer esses critérios indiretamente, como no caso de entidades postuladas pela ciência, tais como forças físicas e partículas subatômicas. Digamos, para exemplificar, que eu tenha comigo duas chapas de ferro fortemente imantadas, que apenas com esforço são separadas uma da outra. Sei que elas possuem força magnética. Mas sei que essa força existe de modo indireto, através de seus efeitos sensíveis, os quais satisfazem os critérios de realidade: eles possuem a máxima intensidade perceptual, são independentes da vontade, são interpessoalmente experienciáveis, são previsíveis e regulares, seguindo leis físicas que podem ser tão sofisticadas quanto as equações de Maxwell. Posso, pois, aplicar indiretamente os critérios *standard* de realidade a entidades postuladas ao observar que os seus efeitos os satisfazem – que eles são reais – concluindo, portanto, que *se os seus efeitos são reais, também elas são reais*. (Esse é o *rationale* apropriado para o realismo científico do qual compartilho; anti-realistas poderão rejeitar essa extensão na aplicação dos critérios de realidade como indébita.)

#### COMO PROVAR QUE O MUNDO EXTERNO É REAL

Há um ponto semântico ulterior acerca do sentido inerente de nossas expressões conceituais para a realidade externa, o qual foi ignorado por Carnap em sua distinção entre questões externas/internas. Não é

impróprio usar expressões conceituais como ‘é real’ ou ‘existe’ de maneira a afirmar que o nosso mundo externo como um todo é real ou existe, na medida em que em enunciados como ‘o nosso mundo real’ estamos considerando algo como a soma mereológica das coisas que pensamos satisfazer nossos quatro critérios *standard* de realidade externa. Essas coisas não são somente (a) aqueles objetos, propriedades, condições, estados de coisas, eventos, processos etc. em torno de nós, as quais no presente momento estão satisfazendo (diretamente ou não) nossos critérios *standard* de realidade inerente (como minhas mãos, esse monitor de computador e a energia elétrica que sei que existe porque o ilumina). Elas também são (b), todas as outras coisas que não estão sendo presentemente experienciadas, mas que temos boa razão para supor que, sob circunstâncias apropriadas, satisfariam os nossos critérios *standard*, e que, conseqüentemente, também podem ser admitidas como os satisfazendo, sendo, portanto, externamente reais. Esse é o caso de (b1): todas as coisas que já experienciamos, mas que se encontram agora demasiado distantes ou inacessíveis para serem (direta ou indiretamente) experienciadas. Esse é também o caso de (b2): muitas coisas que sabemos satisfazer os critérios de realidade somente via testemunho de outros. E esse seguramente também é o caso de (b3): das muitas coisas que certamente existem, mas que nunca foram e que em sua maioria nunca serão por nós experienciadas, pois sabemos por experiência que o mundo é inesgotavelmente aberto.

Ora, parece claro que podemos indutivamente inferir, começando com a experiência sucessiva das

coisas ao nosso redor – as quais satisfazem os critérios *standard* de realidade inerente – que há presentemente domínios cada vez maiores de coisas que se demonstraram capazes de satisfazer os mesmos critérios, e que por isso dizemos que os satisfazem, mesmo que, por não estarem sendo experienciadas, elas não os satisfaçam para nós no momento atual. Quero denominar todas essas generalizações para domínios que vão além da experiência presente de nossos arredores de *sentidos inerentes estendidos* de nossas expressões conceituais referentes à realidade externa, em contraste com o que chamei de seu sentido inerente primário. O nível de generalização máximo, o sentido inerente mais extenso possível da atribuição de realidade externa, é o que permite afirmarmos a existência daquilo que chamamos de o mundo externo.

Podemos, com base nisso, reconstituir o raciocínio que todos nós, no processo de nosso desenvolvimento, devemos ter inadvertidamente realizado para chegar à conclusão de senso comum de que o nosso mundo externo como um todo obviamente existe, de que ele é real no sentido inerente, em uma verdadeira e definitiva prova do mundo externo. Usando a palavra ‘coisa’ no sentido amplo já indicado, usando a palavra ‘experiência’ não somente para referir à experiência direta (da caneta, das mãos, do monitor de computador), mas também à experiência mais ou menos indireta (da eletricidade no monitor, da força eletromagnética, dos neutrinos atravessando a terra...), e tendo em mente somente o sentido inerente do conceito de realidade externa, ou seja, os quatro critérios

*standard* de realidade que basicamente o constituem, eis o argumento:

1. Muitas coisas que estão sendo presentemente experienciadas satisfazem os critérios de realidade externa (nossos corpos, os objetos ao nosso redor..).

2. A maioria das coisas que experienciamos no passado satisfizeram sucessivamente os critérios de realidade externa sempre que foram novamente experienciadas.

3. (Indutivamente de 2) Há coisas que foram objetos de experiência no passado e que, embora não estejam sendo experienciadas agora, ainda são capazes de satisfazer (ou seja: satisfazem) os critérios de realidade externa.

4. Sempre estivemos experienciando coisas novas ao nosso redor, as quais têm satisfeito os critérios de realidade externa.

5. (Indutivamente de 4) Deve haver portanto coisas não-experienciadas que são capazes de satisfazer (satisfazem) os critérios de realidade externa.

6. Testemunho é uma forma geralmente confiável de conhecimento.

7. Há muito testemunho de coisas que satisfazem os critérios de realidade externa.

8. (Dedutivamente de 6 e 7) Há muitas coisas não-experienciadas que satisfazem os critérios de realidade externa, sendo isso sabido via testemunho.

9. (Dedutivamente de 1, 3, 5 e 8) Há uma imensidade de coisas, algumas delas sendo (a) coisas presentemente experienciadas, satisfazendo nossos critérios de realidade externa, algumas delas sendo (b)



coisas que não estão sendo experienciadas agora, embora saibamos que satisfazem nossos critérios de realidade externa, pois os satisfizeram no passado, algumas delas sendo (c) coisas ainda desconhecidas, mas que são capazes de satisfazer (satisfazem) nossos critérios de realidade externa, pois sempre estivemos experienciando novas coisas que satisfazem esses critérios, e algumas delas sendo (d) coisas não-experienciadas que satisfazem os critérios de realidade externa via testemunho.

10. O que nós queremos dizer com a idéia do nosso mundo externo como um todo é o conjunto constituído pela totalidade das coisas, tal que algumas delas são (a), algumas são (b), algumas são (c), algumas são (d).

11. (Dedutivamente de 9 e 10) Nosso mundo externo como um todo satisfaz os critérios de realidade externa.

12. O que satisfaz os critérios de realidade externa é (inerentemente) real.

13. (Dedutivamente de 11 e 12) Nosso mundo externo como um todo é (inerentemente) real, ele existe.

Esse argumento simples eu reputo como constituindo a verdadeira prova do mundo externo – aquela cuja ausência foi clamorosamente reclamada por Kant como o escândalo da filosofia e por muitos outros desde então. Embora a esteja expondo em termos aproximativos, parece bastante provável que é por já termos todos realizado – de modo obviamente não-consciente – um raciocínio semelhante, que nos sentimos tão seguros em responder afirmativamente

quando nos perguntam se o mundo externo é real, se ele de fato existe. Em seus traços essenciais tal raciocínio tem sido feito por todos os homens de todas as épocas. E a evidência disso é que com toda certeza, se perguntássemos ao homem pré-histórico se o mundo externo existe, se ele é real, ele responderia que sim, referindo-se com isso, sem sabê-lo, à soma de todas as coisas que ele com razão acredita serem satisfazerem os critérios *standard* de realidade externa. Até ele conhecia a prova recém exposta.

A importância das atribuições inerentes de realidade é que quando generalizadas para o mundo como um todo elas parecem resgatar aquilo que o homem comum quer dizer ao afirmar coisas que parecem filosoficamente ingênuas como “É óbvio que o mundo existe” ou “Só filósofos e loucos colocariam em dúvida a realidade de nosso mundo exterior”. Tudo o que ele quer dizer é que temos uma ampla base inferencial, essencialmente indutiva, para acreditarmos que o mundo inteiro, como a soma dos seus constituintes presentemente experienciados, já experienciados e ainda não experienciados, é capaz de satisfazer os critérios *standard* de realidade inerente, e que por isso pode ser afirmado como indubitavelmente real.

Finalmente, o argumento recém apresentado explica a débil força sugestiva da famosa prova do mundo externo proposta por G. E. Moore<sup>14</sup>. Essa prova, como é

---

<sup>14</sup> G. E. Moore, *Philosophical Papers*, ed. Thomas Baldwin (Routledge: London 1993), pp. 165-6. Originariamente publicado em G. E. Moore, “Proof of the External World”, *Proceedings of the British Academy* vol. 25, 1939.

sabido, consiste simplesmente em apontar para uma mão e depois para a outra, e depois ainda para muitas outras coisas, demonstrando assim a existência de objetos externos. Ora, a força indicativa e lacunar desse argumento decorre do simples fato dele se apoiar em uma instância prática da primeira premissa do argumento recém-exposto e, saltando sobre tudo o mais, afirmar a conclusão.

### REALIDADE ADERENTE E HIPÓTESES CÉTICAS

Suponhamos agora que eu tome uma droga que por algumas horas produza em mim uma perfeita alucinação de um mundo tal como o nosso. Mais tarde eu poderei dizer para mim mesmo: “Aquele era um mundo de minha imaginação, não o real”, pois terei boas razões para pensar assim. Nesse caso eu não estarei desatribuindo realidade no sentido inerente, pois os critérios *standard* de realidade, como a intensidade das experiências, a independência da vontade e a interpessoalidade haviam sido satisfeitos. Sugiro que nesse caso eu estarei desatribuindo realidade no sentido *aderente* da palavra.

Se assim é, quais são os critérios para a espécie aderente de atribuição ou desatribuição de realidade? Podemos explorar esse ponto imaginando hipóteses céticas. Suponhamos que certa noite eu acorde em um ambiente completamente diferente, com um corpo estranho rodeado por criaturas tão estranhas quanto eu. Elas me explicam que até então eu não tinha vivido no mundo real. Contam-me que em toda a minha vida anterior eu havia sido um cérebro na cuba, monitorado

por um supercomputador que simulava para mim a realidade externa<sup>15</sup>. Elas dizem que esse é um procedimento pedagógico usual para produzir diversidade mental no planeta Ômega, onde cada novo

---

<sup>15</sup> Se você se impressiona com o argumento de Hilary Putnam, do qual resulta que não somos cérebros na cuba porque um cérebro na cuba não pode pensar que ele é um cérebro na cuba e nós podemos pensar que somos cérebros na cuba, sugiro que você escolha alguma outra hipótese cética, como a do sonho. Devo notar, porém, que o argumento de Putnam é controverso. A idéia a ele subjacente é a de que cérebros na cuba não podem ter pensamentos sobre coisas reais como água, cuba, cérebro... porque eles não tem contato *causal* com essas coisas reais ou com os seus componentes. Como temos esses pensamentos, não podemos ser cérebros em cubas. Não obstante, o argumento de Putnam ganha a sua força aparente somente por ignorar a plasticidade da linguagem, o fato de que os caminhos da referência podem ser bastante enviesados. Todos nós admitimos que precisa haver algo externamente real, que seja a fonte última da referência, mas esse algo pode estar causalmente muito distante daquilo que experienciamos. Parece razoável, por exemplo, que pensamentos de cérebros na cuba sobre água tenham uma referência, mesmo que água não exista. É perfeitamente pensável, por exemplo, que a primeira origem da idéia de água tida pelo cérebro na cuba seja a experiência ficcional de água produzida pelos programas de um supercomputador, sem que essas impressões sensíveis organizadas deixem de ser causalmente relacionadas a coisas reais! Elas poderiam ser causalmente originadas, digamos, pelos pensamentos dos programadores sobre água, que combinam idéias de propriedades como ser líquido, transparente, inodoro... Essas idéias, por sua vez, podem ter sido causalmente originadas de suas próprias experiências de outros líquidos e de objetos transparentes e inodoros no totalmente seco planeta Ômega, onde nunca ninguém viu água... Para acesso a outros argumentos, ver Keith DeRose e Ted A. Warfield (eds.), *Skepticism: a Contemporary Reader* (Oxford University Press: Oxford 1999),

cérebro recebe, em sua formação, um programa diferente, que em meu caso aconteceu de ser ‘professor de filosofia na terra’. Mas agora, me informam, o meu cérebro foi implantado em um corpo de verdade e eu irei viver o resto de minha existência no mundo verdadeiramente real. Como todas as minhas experiências ulteriores se demonstram em perfeita concordância com as explicações dadas, gradualmente chego à conclusão de que os habitantes do planeta Ômega dizem a verdade e que o mundo no qual eu havia vivido até então não era real, mas meramente virtual.

É importante notar que podemos encontrar critérios que nos conduzam a essas atribuições/desatribuições de realidade aderente. Não obstante, eles pouco têm a ver com os critérios *standard* para sentidos inerentes de realidade externa, sejam eles o primário ou os estendidos! A mais alta intensidade de experiência, a independência da vontade, a possibilidade de acesso interpessoal... estavam todas sendo dadas a mim quando eu ainda era um cérebro na cuba me imaginando a dar aulas de filosofia na terra, não menos do que agora no planeta Ômega. Posso mesmo dizer que o meu mundo – em meus tempos de cérebro na cuba – era tão atual (*actual*) e tinha tanta realidade inerente quanto o mundo ao qual estou sendo apresentado agora. Conseqüentemente, a conclusão de que o meu mundo anterior não era real é alcançada por meio de critérios aderentes de realidade, os quais podem ser resumidos em termos de *coerência das novas informações e experiências com as crenças e experiências que já tenho*. É a coerência entre as crenças adquirida através das

novas informações e as novas crenças factuais e ainda um conjunto de crenças fundamentadoras que me levam a desatribuir realidade ao meu velho mundo na terra, em contraste com minha atribuição de realidade ao novo mundo do planeta Ômega. Os critérios de realidade aderente são, portanto, muito diversos dos da realidade inerente, e a única ligação entre eles é que os primeiros são usados para a escolha entre duas realidades conflitantes que *já satisfazem* os critérios de realidade inerente, de maneira a distinguir uma delas como um subproduto ilusório da outra.

Um outro experimento em pensamento mostra que podemos imaginar critérios trabalhando de maneira a sugerir não somente que o mundo passado, mas também que o mundo atual e futuro não são aderentemente reais. Suponha que na civilização do planeta Ômega, ao invés da pena capital, os criminosos sejam condenados a viver o resto de suas vidas como cérebros em cubas monitorados por supercomputadores. Após ouvir a pena, o criminoso é colocado para dormir e o seu cérebro é removido e imerso em uma cuba, onde ele poderá levar uma vida perversa perfeitamente normal, ainda que desagradavelmente consciente de que está vivendo em uma realidade virtual produzida por um supercomputador. Ele existirá então em um mundo que é perfeitamente real (*actual*) no sentido inerente, muito embora ele saiba que é e será sempre virtual, ou seja, que não é real no sentido aderente. Também aqui podemos encontrar critérios de natureza coerencial para a ausência de realidade aderente de um mundo relativamente a outro, dessa maneira sabendo que um deles não é real.

Algo similar pode ser dito sobre atribuições/

desatribuições de realidade aderente concernentes a *partes* de nosso mundo. Em um experimento com realidade artificial, uma pessoa usa uma luva especial para ter a impressão de segurar a projeção holográfica de uma xícara de chá. Alguns critérios de realidade inerente, como intensidade e independência da vontade, estão sendo satisfeitos. Desse modo a projeção holográfica chega quase a ganhar realidade inerente... Mas o fato de que a pessoa sabe que é um experimento, junto às circunstâncias que a cercam e às limitações no próprio experimento (com um pouco mais de força a luva se fecha dentro da xícara), serve de critério para torná-la segura de que a xícara que ela tem à mão é aderentemente irreal relativamente ao mundo externo que ela conhece. Isso mostra que até mesmo a realidade aderente de fatos isolados em nosso mundo externo pode ser contestada com base em critérios de fundo coerencial.

Contra as considerações feitas até aqui poderia ser objetado que tal conhecimento criterial da realidade ou irrealidade aderente do mundo externo, ou mesmo de partes dele, é *demasiado frágil*. O ponto pode ser ilustrado pelo que acontece no filme *The Real Thing*. Nele as pessoas se plugam a computadores vivos parecidos com fetos, perdendo então a consciência e passando a viver em um mundos semelhantes aos dos jogos eletrônicos. Mas nesses mundos elas encontram outros cérebros-fetos similares (alguns adocidos) e neles se plugam outra vez, passando a viver em uma nova dimensão de realidade virtual, e assim sucessivamente. No final do filme, após um tiroteio, um incauto entra no bar e pergunta: “Será que estamos no mundo real?”

Na verdade a situação é pior do que a exposta no filme, pois a existência de um mundo-referência definitivamente real é um mito. Isso fica claro quando examinamos as possibilidades de derrota (*defeat*) de nossos exemplos, sejam eles quais forem. Poderia ser que o novo mundo de nossa primeira experiência em pensamento fosse apenas uma outra aparência de realidade, precisamente como a primeira... só que um novo programa – chamado de “Ser acordado de uma vida como cérebro na cuba” – estaria sendo implementado no lugar do velho programa intitulado “Professor de filosofia na terra”. É também possível que minha vida passada até esse acontecimento tenha sido de fato no mundo real, e que o meu cérebro tenha sido extraído de minha cabeça por alienígenas e só então colocado em uma cuba, onde o programa do “Ser acordado de uma vida como cérebro na cuba” tenha sido implementado... Nesse caso terei sido duplamente enganado: com relação à realidade do mundo presente e com relação à irrealidade do meu mundo progresso. É até mesmo possível que no exemplo da projeção holográfica esta não seja verdadeira, e que na verdade a tal xícara seja a única coisa real pertencente ao mundo externo com relação à qual o cérebro na cuba seja capaz de, com ajuda de um braço eletrônico, ter efetivo acesso perceptual! Em conclusão: diversamente dos casos de realidade inerente e de seus critérios *standard*, que uma vez dados não são derrotáveis, os critérios de realidade aderente são sempre derrotáveis, mesmo quando efetivamente dados, podendo essa derrota ser por sua vez derrotada pelo aparecimento de novas informações e assim por diante *ad indefinitum*. O



que isso quer dizer é que não podemos no final das contas saber se o mundo externo é real ou não.

Essa é a meu ver uma objeção confusa. Para respondê-la precisamos primeiro distinguir entre dois usos ou sentidos concebíveis de atribuições aderentes de realidade:

- (a) um sentido *relativo*, considerado em nossos experimentos em pensamento com hipóteses céticas, e
- (b) um sentido *não-relativo* ou *último* ou *absoluto*.

Quero mostrar que a objeção se aplica ao sentido (b), mas não ao sentido (a) da atribuição de realidade aderente.

Consideremos primeiro o sentido (a). Como é sabido, o sentido de uma palavra é relativo quando ganho por contraste com o contexto. A palavra ‘pequeno’, por exemplo, tem um sentido relativo; um bebê elefante é pequeno relativamente a elefantes, mas grande relativamente a um rato<sup>16</sup>. O mesmo acontece com o conceito aderente de realidade externa, tal como ele é considerado nas experiências em pensamento com hipóteses céticas. Tal sentido aderente só pode ser relativo, ou seja, ganho através do contexto criado pelas hipóteses céticas que já se demonstraram verdadeiras à luz das evidências dadas, mesmo sob a consciência de que tais evidências podem ser sempre derrotadas por outras novas. Eu sustento que esse sentido relativo de atribuições aderentes de realidade é perfeitamente legítimo, posto que podemos conceber critérios que lhe

---

<sup>16</sup> Irwing Copi, *Introduction to Logic* (Collier-Mcmillan: New York 1972), p. 93.

sejam constitutivos. Mas ele só vale relativamente ao contexto dado.

Considere agora o sentido (b), pretensamente não-relativo ou último ou absoluto dos tipos aderentes de atribuição de realidade. Ele deveria responder ao problema de saber se o nosso mundo (ou se o mundo do planeta Ômega) é em última instância real, ou seja, se ele é real para além de qualquer possibilidade de hipóteses céticas acerca de sua realidade serem verdadeiras. Pelo que vimos da relatividade de nossos exemplos parece claro que tais critérios de realidade última não nos podem ser dados. Se tal é o caso, a resposta à objeção de que não podemos verdadeiramente saber se o nosso mundo é aderentemente real, posto que os critérios para a realidade aderente são sempre derrotáveis, é dupla. Quando a realidade aderente tem o sentido relativo (a), em que a atribuição de realidade é válida por contraste com o contexto criado por um cenário cético que até o momento se evidenciou verdadeiro, podemos perfeitamente saber que um mundo é aderentemente real por oposição a outro sob a assunção das evidências dadas. Já quando a realidade aderente é entendida no sentido (b), como não-relativa, dizendo respeito a uma realidade aderente última, absoluta, não podemos obter resposta alguma e a objeção é justificada.

Parece, assim, que somos no final das contas completamente incapazes de saber da realidade aderente não-relativa ou absoluta ou última do mundo externo. Mas não devemos nos decepcionar diante dessa constatação, dado que ela é inofensiva. Para percebê-lo, basta nos lembrarmos que não temos critérios para tal

conhecimento e que enunciados sem critério de aplicação são carentes de sentido. Admitido isso, então o enunciado “O mundo externo como um todo é em última instância real” é tão carente de sentido quanto enunciados como “O mundo externo como um todo (com todas as coisas dentro dele) dobrou de tamanho esta noite”, “Meu irmão morreu depois de amanhã”, “Essa pedra está triste”. Embora possuam significado gramatical (gramaticalmente eles são corretos), esses enunciados não dispõem de critérios de aplicação, sendo tão inúteis e carentes de aplicação ou significação cognitiva quanto (para usar uma metáfora de Wittgenstein) a roda solta na engrenagem, a qual apenas parece exercer uma função. Por extensão, o enunciado “Não sabemos se o mundo externo é em última instância real” é similar ao enunciado “Não sabemos se o mundo externo dobrou de tamanho esta noite”. Tais enunciados podem não ser completamente carentes de sentido, mas são suficientemente vazios para se tornarem inofensivos. Nosso mundo conta para nós através da qualidade de ser inerentemente real (intenso no mais alto grau, independente da vontade, público etc.) e não por ser o mundo aderentemente real no sentido último, dado ser a posse de tal conhecimento inconcebível.

### CONSEQÜÊNCIAS PARA O CETICISMO

Além de um interesse teórico-cartográfico interno, que nos permitiu provar a realidade do mundo externo, as análises feitas até aqui nos oferecem o que me parece ser a verdadeira chave para a resposta ao argumento cético da ignorância sobre o mundo externo.

O cético está certo ao dizer que não podemos saber se o mundo externo é real em última instância, se ele é real em termos absolutos. Mas, como vimos, esse é um não-saber inofensivo, pois é carente de conteúdo semântico, dado que não diz respeito a algo que possui critérios de aplicação. Se esse não-saber parece mais importante é por uma confusão que o cético faz da questão da realidade última do mundo, que é carente de sentido, com a questão da realidade relativa do mundo, colocada em cena pelas hipóteses céticas e experiências em pensamento nas quais elas se confirmam. Esta última tem um sentido, embora relativo e usualmente sem qualquer função no contexto de nossa experiência.

Finalmente, penso que o cético produz uma maior e mais destrutiva falácia, também ela originada da falha em realizar distinções semânticas finas com respeito a atribuições de realidade. Trata-se de um equívoco resultante da importação do sentido aderente para o contexto do sentido inerente de atribuições de realidade. Eis como ele se dá. Tendo percebido que não podemos saber se o mundo externo é aderentemente real no sentido último (que ele acredita fazer sentido por confundi-lo com o relativismo), o cético quer nos convencer que por isso devemos concluir que o mundo externo não é inerentemente real, como se ele não passasse de uma fantasmagoria subjetiva, feita da matéria dos sonhos. Mais ainda: ele quer nos convencer que se não podemos saber da realidade inerente do

---

<sup>17</sup> Por exemplo, no seguinte *modus tollens*: “Se sei que tenho duas mãos, então sei que não sou um cérebro na cuba. Mas não sei que não sou um cérebro na cuba. Logo, não sei que tenho duas mãos”.

mundo, então não podemos mais saber da realidade de coisa alguma a ele pertencente<sup>17</sup>. Não podendo saber da realidade ou existência do mundo externo, pensa ele, então não posso sequer saber que estou diante de um verdadeiro monitor de computador, que tenho duas mãos reais, que esse relógio existe – como se nossa atribuição de existência a essas coisas não fosse respaldada tão somente pelo fato de estarem satisfazendo os critérios *standard* para a sua realidade inerente. Parece-me que é nessa espécie de equívoco, derivado de nossa inconsciência de distinções semânticas finas concernentes ao conceito de realidade externa, que reside à força enganosa do argumento cético da ignorância sobre o mundo externo.